

Beneficência Evangélica do Porto
 Rua Engenheiro Carlos Amarante, n.º 110, 4250-089 Porto
 IPSS Instituição Particular de Solidariedade Social NIPC 500825467
Balço em 31 de Dezembro de 2021

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	575.435,72	407.836,57
Investimentos financeiros	6	1.993,95	1.546,79
		577.429,67	409.383,36
Activo Corrente			
Créditos a Receber	7	155,00	795,36
Estado e outros entes públicos	8	20.051,49	4.382,83
Outros créditos a receber	9	110.732,61	2.093,33
Diferimentos	10	1.251,22	3.427,90
Outros activos correntes		6,00	6,00
Caixa e Depósitos bancários	11	348,80	43.433,03
		132.545,12	54.138,45
Total do activo		709.974,79	463.521,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos patrimoniais		29.927,87	29.927,87
Outras reservas		35.305,47	35.305,47
Resultados transitados		-114.979,45	-109.258,27
Excedentes de revalorização	12	286.658,56	286.658,56
Outras Variações Fundos Patrimoniais	13	166.241,08	17.848,60
		403.153,53	260.482,23
Resultado líquido do período		-1.815,93	-5.721,18
Total dos fundos patrimoniais		401.337,60	254.761,05
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos	14	38.028,23	67.858,72
		38.028,23	67.858,72
Passivo Corrente			
Fornecedores	15	89.171,32	25.959,20
Estado e outros entes públicos	8	3.927,36	6.287,62
Financiamentos obtidos	14	89.534,44	20.769,70
Outros Passivos Correntes	16	87.975,84	87.885,52
		270.608,96	140.902,04
Total do passivo		308.637,19	208.760,76
Total dos fundos patrimoniais e passivo		709.974,79	463.521,81

BENEFICENCIA EVANGELICA DO PORTO
 Rua Eng. Carlos Amarante, 110
 4250 - 089 Porto
 A Direcção

O Contabilista Certificado

Mareta Santos
 ce: 80579

Beneficência Evangélica do Porto
 Rua Engenheiro Carlos Amarante, n.º 110, 4250-089 Porto
 IPSS Instituição Particular de Solidariedade Social NIPC 500825467
 Demonstração de Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

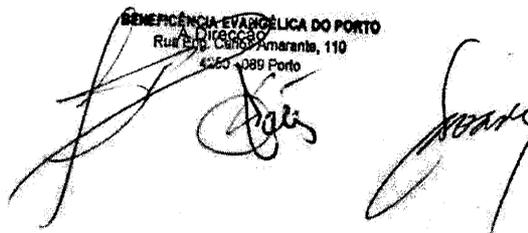
Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	224.356,92	235.863,63
Subsídios, doações e legados à exploração	18	223.240,02	164.091,37
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-56.691,15	-57.597,26
Fornecimento e Serviços Externos	20	-176.278,98	-111.568,04
Gastos com o Pessoal	21	-195.905,75	-221.168,78
Outros rendimentos	22	16.690,36	3.603,11
Outros gastos	23	-13.855,95	-8.151,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		21.755,47	5.074,79
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-20.942,51	-9.315,35
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		812,96	-4.240,56
Juros rendimentos similares obtidos		19,91	0,00
Juros e gastos similares suportados	24	-2.648,80	-1.480,62
Resultado antes de impostos		-1.815,93	-5.721,18
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado Líquido do Exercício		-1.815,93	-5.721,18

O Contabilista Certificado:

Marta Santos
 CC: 80579

BENEFICÊNCIA EVANGÉLICA DO PORTO
 Direcção
 Rua Eng. Carlos Amarante, 110
 4250-089 Porto



Beneficência Evangélica do Porto
 Rua Engenheiro Carlos Amarante, n.º 110 e 105, 4250-089 Porto
 IPSS Instituição Particular de Solidariedade Social NIPC 500825467

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro

Unidade monetária Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		226.857,64	243.913,63
Pagamentos a fornecedores		-193.935,78	-146.410,21
Pagamentos ao pessoal		-198.099,33	-222.712,01
Caixa gerada pelas operações		-165.177,47	-125.208,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		187.148,99	149.012,24
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		21.971,52	23.803,65
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-136.245,55	-11.700,45
Investimentos financeiros		-447,16	-490,54
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		30.004,70	0,00
Juros e rendimentos similares		19,91	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-106.668,10	-12.190,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		40.894,14	43.692,00
Doações		5.326,90	5.153,21
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.959,89	-22.095,46
Juros e gastos similares		-2.648,80	-1.480,62
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		41.612,35	25.269,13
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-43.084,23	36.881,79
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		43.433,03	6.551,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		348,80	43.433,03

O Contabilista Certificado

Marta Santos

A Direcção

[Assinatura]

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Beneficência Evangélica do Porto é uma instituição particular de solidariedade social, com sede na Rua Eng.º Carlos Amarante, n.º 110, 4250-089 Porto, com o NIPC 500825467, fundada no ano de 1933.

Tem como objectivo a prática da solidariedade social, tendo criado e mantido um lar com capacidade para acolher pessoas de ambos os sexos na terceira idade.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Outros créditos a Receber", "Outros Passivos Corrente" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes deram origem, excepto quando ocorrerem alterações significativas na natureza que, nesse caso, são devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou do erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes, para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa, divulgada nas Demonstrações Financeiras, diz respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são postas em prática de modo consistente ao longo do tempo.

Quando ocorrem alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas são reclassificadas e divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou de produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento Administrativo	4 a 6
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 a 20

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual, quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo apresentadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2. Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, nos termos da legislação laboral.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber esse dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos, apenas e só, quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locação, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no activo pela quantia realizável.

Outros Créditos a receber e outras contas a Receber

Os "Outros créditos a receber" e os "Outros Passivos Correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractarem o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente. No entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando a situação de imparidade, é reconhecida a reversão, por resultados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros Passivos Correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão, quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente, da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa nessa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo, englobando benefícios económicos, não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Financiamentos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a obtenção desses financiamentos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar, incluindo as tributações autónomas.

As instituições particulares de solidariedade social estão isentas do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

A isenção prevista não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor (n.º 3 do mesmo artigo).

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 poderão ser sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram alterações de políticas contabilísticas, nem se registaram alterações significativas de estimativas. Os erros detectados não revelaram efeitos materialmente relevantes.

5. Ativos Fixos Tangíveis

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos Activos Fixos Tangíveis

Ano de 2020	Edifícios outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	443.441,13	94.701,04	7.000,00	18.810,35	4.265,61	568.218,13
Activos fixos tangíveis em curso	47.316,95	0,00	0,00	0,00	0,00	47.316,95
Depreciação acumulada inicial	109.947,26	-90.940,89	-7.000,00	-18.810,35	-4.265,61	230.964,11
Quantia líquida escriturada inicial	380.810,82	3.760,15	0,00	0,00	0,00	384.570,97
Total de adições	0,00	200,17	0,00	0,00	0,00	200,17
Activos fixos tangíveis em curso	32.380,78	0,00	0,00	0,00	0,00	32.380,78
Depreciações	-8.567,47	-747,88	0,00	0,00	0,00	-9.315,35
Quantia líquida escriturada final	404.624,13	3.212,44	0,00	0,00	0,00	407.836,57

Ano de 2021	Edifícios outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	443.441,13	94.901,21	7.000,00	18.810,35	4.265,61	568.418,30
Activos fixos tangíveis em curso	79.697,73	0,00	0,00	0,00	0,00	79.697,73
Depreciação acumulada inicial	118.514,73	-91.688,77	-7.000,00	-18.810,35	-4.265,61	240.279,46
Quantia líquida escriturada inicial	404.624,13	3.212,44	0,00	0,00	0,00	407.836,57
Total de adições	160.829,96	27.711,70	0,00	0,00	0,00	188.541,66
Transferência de activos fixos tangíveis em curso	23.345,78	0,00	0,00	0,00	0,00	23.345,78
Activos fixos tangíveis em curso	-23.345,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-23.345,78
Depreciações	-17.776,25	-3.166,26	0,00	0,00	0,00	-20.942,51
Quantia líquida escriturada final	547.677,84	27.757,88	0,00	0,00	0,00	575.435,72

6. Investimentos Financeiros

Esta rubrica apresenta os valores correspondentes ao Fundo de Compensação do trabalho 1.993,95€ em 2021, (1.546,79€ em 2020).

7. Créditos a Receber

	2021	2020
Cientes C/ C	155,00	795,36
Total saldo clientes correntes	155,00	795,36

Nos períodos de 2021 e 2020 não foram registadas "Perdas por Imparidade"

8. Estado e Outros entes Públicos

A instituição não apresenta imposto corrente, porque todas as suas actividades estarem isentas ao abrigo do n.º 1 do art.º 10.º do CIRC.

A rubrica de Estado e Outros entes Públicos apresenta os seguintes saldos:

	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento – IRS	0,00	565,00	0,00	1.148,00
Imposto sobre valor acrescentado	20.051,49	0,00	4.382,83	0,00
Contribuições para Segurança Social	0,00	3.308,61	0,00	5.096,58
Outros	0,00	53,75	0,00	43,04
	20.051,49	3.927,36	4.382,83	6.287,62

O valor de IVA de 20.051,49€, diz respeito ao reembolso de 50% do IVA dos produtos alimentares e de 50% do IVA da manutenção do edifício na Rua Eng. Carlos Amarante, n.º 105.

9. Outras Créditos a Receber

A rubrica "Outras créditos a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Corrente	2021	2020
Devedores por acréscimos rendimentos	1.566,96	1.522,32
Fornecedores Saldos devedores	369,11	0,00
Adiantamentos ao pessoal	68,20	0,00
Norte 2020	107.534,14	0,00
Outros devedores - Utentes	1.194,20	571,01
Outras contas a receber	110.732,61	2.093,33

10. Diferimentos

A rubrica diferimentos apresenta em gastos a reconhecer o valor de 1.251,22€ (3.427,90€ em 2020).

11. Caixa e Depósitos bancários

	2021	2020
Caixa	348,80	356,79
Depósitos à ordem	0,00	3.076,24
Outros depósitos bancários	0,00	40.000,00
Total de caixa e depósitos bancários	348,80	43.433,03

12. Excedentes de revalorização

O edifício adquirido pela entidade para a realização dos seus fins foi reavaliado em períodos anteriores, tendo-se registado nesta rubrica os efeitos daí decorrentes.

13. Outras variações Fundos Patrimoniais

	2021	2020
Subsídio ao Investimento de anos anteriores	17.848,60	18.365,17
Subsídio ao Investimento Norte 2020	157.480,50	0,00
Imputação ao resultado do subsídio ao investimento	-9.088,02	-516,57
Subsídio ao Investimento final	166.241,08	17.848,60

Esta rubrica em 2021 apresenta um aumento do valor de 157.480,50 correspondente ao subsídio ao investimento, atribuído à instituição, no âmbito do Norte 2020. Este subsídio destinou-se a obras de conservação e reparação do edifício no qual a instituição exerce a sua atividade na Rua Engenheiro Carlos Amarante n.º 105 4150-089 Porto.

14. Financiamento Obtidos

A entidade contratou contas correntes caucionadas e descobertos bancários para ocorrer a necessidades pontuais de reforço de tesouraria. Contratou ainda empréstimos a medio prazo para financiar as obras nos edifícios. Os saldos em 31 de Dezembro eram os seguintes:

	2021	2020
Não Corrente		
Empréstimos Bancários	38.028,23	67.858,72
Total Não Corrente	38.028,23	67.858,72
Corrente		
Descobertos bancários	10.894,14	0,00
Empréstimos Bancários	30.512,31	2.500,00
Contas Caucionadas	46.000,00	16.000,00
Cartão Credito	2.127,99	2.269,70
Total Corrente	89.534,44	20.769,70

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

	2021	2020
Fornecedores c/c	89.171,32	25.959,20
Total saldo fornecedores correntes	89.171,32	25.959,20

16. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

	2021	2020
Corrente		
Outros credores	26.681,50	44.894,57
Credores por acréscimos de gastos	49.736,08	28.338,18
Saldos Credores clientes	850,00	2.600,00
Cauções	10.708,26	8.442,41
Rendimentos a Reconhecer	0,00	3.610,36
Outras contas a pagar correntes	87.975,84	87.885,52

17. Vendas e serviços prestados

Os serviços prestados pela entidade foram os seguintes:

	2021	2020
Prestação Serviços		
Quotas utilizadores	221.896,92	232.563,63
Quotizações e joias	2.460,00	3.300,00
	224.356,92	235.863,63

18. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

	2021	2020
Subsídios do Governo		
Instituto da Segurança Social	126.404,34	121.708,46
Instituto da Segurança Social - Covid 19	148,26	434,19
IEFP	1.802,00	3.000,74
Fundo de socorro Social	51.217,81	0,00
	179.572,41	125.143,39
Donativos		
Particulares	5.326,90	5.372,43
Banco Alimentar	12.937,10	16.044,19
Continente	25.403,61	17.531,36
	43.667,61	38.947,98
	223.240,02	164.091,37

19. Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 2021

	Matérias primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	0,00	0,00
Compras	30.380,38	30.380,38
Regularização Inventários	26.310,77	26.310,77
Inventários finais	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	56.691,15	56.691,15

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 2020

	Matérias primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	179,48	179,48
Compras	31.283,90	31.283,90
Regularização Inventários	26.133,88	26.133,88
Inventários finais	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	57.597,26	57.597,26

20. Fornecimento e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	2021	2020
Fornecimentos e serviços		
Subcontratos	86.613,46	23.336,09
Trabalhos especializados	8.063,80	10.662,66
Publicidade e propaganda	206,64	885,60
Vigilância e segurança	305,66	2.092,92
Honorários	11.658,33	11.294,52
Conservação e reparação	13.968,91	7.627,30
Serviços Bancários	2.361,12	2.460,32
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	700,72	985,78
Livros e documentação técnica	0,00	15,00
Material escritório	529,49	605,33
Outros materiais	62,59	221,99
Electricidade	6.342,57	6.916,58
Combustíveis	490,02	475,03
Água	2.635,12	2.859,69
Outros fluidos	9.266,93	8.804,10
Deslocações e estadas	100,56	263,61
Rendas e alugueres	10.472,52	10.446,84
Comunicação	1.766,87	1.325,63
Seguros	612,23	524,50
Contencioso e notariado	35,05	229,83
Limpeza, higiene e conforto	18.893,03	17.645,78
Outros	1.193,36	1.886,94
	176.278,98	111.566,04

21. Gastos com o Pessoal

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 20 e em 31/12/2020 foi de 17.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	2021	2020
Remunerações do Pessoal	152.580,57	172.758,61
Encargo Segurança Social	38.233,44	43.264,47
Seguro de acidentes de trabalho	3.666,93	3.810,10
Fundo de Compensação	51,06	48,40
Outros gastos com o pessoal	1.373,75	1.287,20
	195.905,75	221.168,78

22. Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2021	2020
Outros Rendimento FCT	3,14	0,00
Descontos de pronto pagamento Obtidos	389,23	336,68
Correções relativas a períodos anteriores	443,11	0,00
Imputação Subsídio para Investimentos	9.088,02	516,57
Restituição de Impostos	2.710,49	2.749,85
Cauções não restituídas	2.700,00	0,00
Outros Proveitos e ganhos	1.356,37	0,01
	16.690,36	3.603,11

23. Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

	2021	2020
Outros impostos e taxas	337,59	226,62
Correções relativas a exercícios anteriores	516,60	29,72
Quotizações	234,00	234,00
Outros não especificados	537,82	0,01
Donativos em espécie sem condições de utilização	12.029,94	7.660,89
	13.655,95	8.151,24

24. Juros e rendimentos similares suportados

Esta rubrica apresenta o valor dos juros suportados correspondente aos financiamentos obtidos. O valor em 2021 foi de 2.648,80€, sendo de 1.480,62€ em 2020.

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

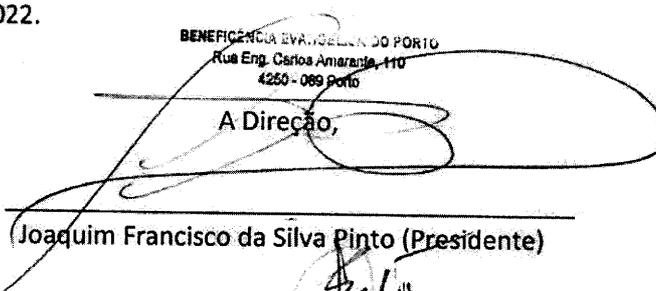
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção no dia 8 de Março de 2022.

O Contabilista Certificado,

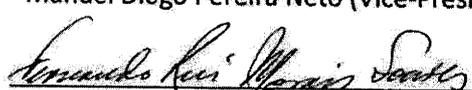

Marta Sofia Lopes Silva Santos
CE 80579

BENEFICÊNCIA EVANGÉLICA DO PORTO
Rua Eng. Carlos Amarante, 110
4150-089 Porto

A Direção,


(Joaquim Francisco da Silva Pinto (Presidente))


Manuel Diogo Pereira Neto (Vice-Presidente)


Fernando Rui Morais Soares (Tesoureiro)